



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1541

A NOBREZA CASTELHANO-LEONESA NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL DE FERNANDO III (1217-1252)

Augusto João Moretti Junior (LEAM/UEM)
Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

Resumo

Essa comunicação tem como objetivo analisar a participação da nobreza castelhano-leonesa no processo de retomada dos territórios cristãos durante o reinado de Fernando III (1217-1252). Para isso é necessário compreender as relações estabelecidas entre a monarquia e nobreza ao longo de tal processo. Na Idade Média, a nobreza podia interferir de forma decisiva no desenvolvimento do reino devido sua fortuna, territórios e exércitos privados. Isso ocorria em todo o Ocidente, porém, nos reinos hispânicos o contínuo conflito com o inimigo comum – os muçulmanos – forçou a criação de uma sociedade militarizada fundamental para o processo de Reconquista. Fernando III foi o monarca que incorporou a maior extensão territorial na história da luta entre cristãos e muçulmanos na Península ibérica. É possível afirmar que o seu sucesso deveu-se ao estreitamento das relações com a nobreza e a participação efetiva da mesma em suas campanhas militares. Dentre as fontes utilizadas nesta pesquisa, destacamos a Crónica de Veinte Reyes, a Crónica Latina de los Reyes de Castilla e a Primera Crónica General de España.

Palavras-chave: Fernando III; Nobreza; Reconquista.

Introdução

O conceito de Reconquista é atualmente utilizado pela historiografia¹ para designar os conflitos político-militares entre cristãos e muçulmanos durante os séculos VIII-XV. No ano de 1217, Fernando III (1199-1252) ascendeu ao trono castelhano e mudou os rumos da guerra de Reconquista definitivamente a favor dos cristãos. Esse monarca foi responsável por uma retomada de 104.000 km², que estavam em poder dos muçulmanos desde invasão no século VIII.

¹ Para um maior aprofundamento acerca do debate historiográfico acerca do conceito de Reconquista, consultar a obra: GARCÍA FITZ, Francisco. **La Reconquista**: un estado de la cuestión. Clío & Crimen, nº 6, 2009.

Esse trabalho tem por objetivo analisar a importância das relações feudo-vassálicas estabelecidas pelo rei com a nobreza, responsáveis pelo sucesso militar de Fernando III no processo de reconquista territorial. Esse monarca é uma das figuras mais bem estudadas na Península Ibérica medieval². A significativa existência de fontes narrativas como as crônicas³ e obras jurídicas e coleções de documentos, possibilita o aprofundamento dos estudos sobre o seu reinado. Interessa-nos entender o processo de consolidação territorial da monarquia castelhana sob Fernando III a partir da análise da guerra travada por esse monarca contra os muçulmanos.

Desta forma, é essencial compreendermos a configuração política do território castelhana-leonês e as alianças estabelecidas entre o rei e a nobreza, detentora, em última instância, dos recursos necessários a tal empreendimento. Assim a relação entre monarquia e nobreza é o assunto tratado nesse texto.

O poder da nobreza castelhana-leonesa

Ao refletir sobre o estabelecimento das relações feudais em Castela, Salvador de Moxó (2000) afirma que de acordo com as definições estabelecidas por F. L. Ganshof⁴ em seu estudo relativo ao feudalismo francês, tal sistema não ocorreu na *hispania*.

Entretanto, as novas concepções inauguradas por Marc Bloch e a *Escola dos Annales* permitiram aos historiadores incorporar elementos de natureza não apenas jurídica, como fez F. L. Ganshof em seu estudo sobre o feudalismo. Ao estudar a sociedade hispânica, o autor elenca algumas características que permitem tratar de um “clima feudal” na sociedade

² O número de trabalhos referentes a esse período é expressivo. Entretanto, para uma contextualização da política de reconquista empreendida por Fernando III, indicamos as obras: GONZÁLEZ, J. **Reinado y diplomas de Fernando III**, 3 tomos, Córdoba, 1980-1986; MARTÍNEZ DÍEZ, G. **Fernando III**, Palencia, 1993 e RODRÍGUEZ LÓPEZ, A. **La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana. Expansión y fronteras durante o reinado de Fernando III**. Madrid, 1994.

³ Apesar de serem narrativas escritas em sua maioria por autores castelhanos, portanto às vezes, tendenciosas, tais crônicas são importantes para percebermos a forma como os contemporâneos reproduziam e analisavam os fatos. Entre as principais, podemos citar: *Crónica Latina de los reyes de Castilla*; *Primera Crónica General de España*; *Crónica de Veinte Reyes* e a *Crónica de Alfonso X*.

⁴ GANSHOF F. L. **Que é Feudalismo?** Publicação Europa-América, 1976.

espanhola medieval. Como exemplo, cita a presença de uma nobreza dominante, base fundamental desse tipo de sociedade. Outros traços que caracterizam o feudalismo estão presentes, como a concessão de terras e senhorios à classe guerreira, o fracionamento dos direitos de domínio, as isenções tributárias, o regime senhorial e o exercício de poderes públicos (MOXÓ, 2000, p. 67-68).

O historiador deve, porém, estar atento à realidade hispânica, pois o chamado “feudalismo clássico” não ocorreu efetivamente na Península Ibérica. Dois fatores são importantes para entendermos essa diferença. Primeiramente, ainda que tenham existido relações feudo-vassálicas, estas não promoveram a efetiva consolidação de um Estado político feudal. Em segundo lugar, a falta de sincronização do processo espanhol em relação ao europeu. Na realidade, o feudalismo espanhol, ao contrário do francês, efetivou-se, tal como na Inglaterra, de forma muito mais centralizada, “[...] na qual a monarquia conservou sua autoridade sem nunca desprender-se dos instrumentos do poder, o que evitou o fracionamento da soberania”⁵ (MOXÓ, 2000, p. 69).

Deste modo, não teria surgido nos reinos hispânicos um Estado feudal que, pela proximidade com o reino francês, se esperava formar. Não se concretizaram todas as instituições jurídicas necessárias para tratar de um “feudalismo puro”, já que o monarca concentrava em si uma grande parcela do poder.

Destarte, a falta dessas instituições não pode ser justificativa da negação do feudalismo na Espanha medieval. Afinal, ainda que os reis mantivessem um estado centralizado, a nobreza possuía poder suficiente que lhe permitia influenciar as relações sociais, econômicas e políticas. Para Ana Rodríguez López (1994), a consolidação de uma monarquia no reino de Castela, principalmente na figura de Fernando III, só foi possível devido às constantes relações existentes entre o rei, a nobreza e o papado. Toda a articulação no intento da expansão territorial cristã fundamenta-se no âmbito das relações feudais (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 7).

⁵ No original: [...] donde la monarquía conservó su autoridad política sin desprenderse nunca de los últimos resortes del poder, lo que evitó el fraccionamiento de la soberanía (MOXÓ, 2000, p. 69).

A nobreza castelhano-leonesa possuía status, privilégios, fortuna e força militar, instrumentos que lhe permitiam interferir nas decisões políticas do reino. No século XIII, a chamada “nobreza velha”⁶, constituída na etapa mais dinâmica da Reconquista, possuía poder o suficiente para inquietar a realeza, provocando uma tensão que explica a causa de seu enriquecimento e seu aumento de prestígio (MOXÓ, 2000, p. 259).

A vasta extensão dos territórios incorporados por Fernando III teve como contrapartida o alargamento do poder de grandes famílias castelhanas e leonesas, como os Lara, Haro e Castro. As estratégias de expansão desenvolvidas não podiam ser realizadas sem levar em consideração a participação dessa nobreza. Sua presença política, seu poder e prestígio lhes garantiam muitas vezes a tutela dos futuros reis.

Citemos, como exemplo, o caso de Alfonso VIII (1155-1214). Com a morte de seu pai, Sancho III (1134-1158), o infante, com apenas três anos, foi entregue aos cuidados de Gutierre Fernandez de Castro, membro da alta nobreza. À família Castro e a outras da alta nobreza foram entregues partes das terras e senhorios do reino, para que ficassem sob a proteção e devolvidos ao príncipe quando atingisse 15 anos.

Porém, outra poderosa família estava interessada na guarda do rei e dos consequentes poderes. Os Lara⁷ aconselharam o tutor que transferisse a guarda da criança para Manrique Lara, de sua linhagem, pois com seu prestígio social e político, os conflitos existentes nas terras Castelhanas seriam resolvidos. Uma vez obtida a guarda da criança, a família Lara começou a impor-se sobre outras linhagens, o que gerou conflitos com os Castro. O jovem monarca acabou sendo retirado à força da tutela dos Lara, gerando tensão

⁶ Salvador de Moxó, em seu estudo sobre a nobreza castelhana medieval, a divide em três categorias: uma aristocracia primitiva que se diferencia dos demais homens livres e que se afirma na Alta Idade Média; uma ordem que alcança sua plena configuração jurídica no século XIII, denominada “nobreza velha”, e uma “nova nobreza”, fruto das transformações econômicas e sociais de meados do século XIV.

⁷ Os Lara caracterizavam-se como uma das principais famílias da Península Ibérica da Idade Média Central. O principal nome, que deu início ao destaque da linhagem, foi o conde Pedro González de Lara, pai de três filhos que marcaram a história de Castela e Leão, Manrique Perez de Lara, Álvaro Perez de Lara e Nuño Pérez de Lara. As crônicas castelhanas tendem a demonstrar a família de uma forma pejorativa. Eram assim descritos devido às várias ações que promoveram contra o reino de Castela, principalmente no início do reinado de Fernando III, muitas vezes apoiados pelo rei de Leão, Alfonso IX.

entre duas das mais poderosas famílias de Castela (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 668).

Quando da ascensão de Fernando III ao trono de Castela, os Lara demonstrariam seu poder. Em 1214, com a morte de Alfonso VIII, cognominado o de Las Navas⁸, deveria assumir o poder seu único filho, Enrique I, que na época tinha menos de doze anos de idade. O infante ficou sob a proteção da irmã, Bereguela, que assumiu o governo do reino. Alguns nobres descontentes começaram a pensar em meios para retirar o infante dos cuidados da irmã e assumirem o controle do reino. Possuíam poder suficiente para isso e decidiram, à revelia, indicar Álvaro Núñez de Lara como novo tutor e representante do reino (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 63). Na verdade, tratava-se de uma ação premeditada pelos três filhos do conde de Lara como uma vingança contra os membros da família rival, os Castro, que antes haviam retirado a tutela de Alfonso VIII de seu pai, o conde Nuño (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 288).

Obtida a guarda, Álvaro Nuñez Lara fez o juramento de que consultaria a rainha sobre os assuntos importantes do reino. Porém, não foi o que aconteceu. De acordo com as crônicas, houve vários conflitos entre as diferentes linhagens e os Lara, apoiados pela facção fiel ao rei, começaram a atacar o vale de Trigueiros, destruindo os bens do nobre Gonzalo Ruiz, de seus irmãos e de todos os que apoiavam a rainha Berenguela (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 65).

Conforme a *Crónica de Veinte Reyes*, o conde de Lara expulsou os opositores da cidade, apropriou-se dos bens de igrejas e monastérios e destituiu o Conselho formado por Alfonso VIII. Para evitar influências, proibiu o contato do príncipe com sua irmã Berenguela (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 289).

⁸ Alfonso VIII, de Las Navas, foi rei de Castela de 1158 a 1214. Pai de Berenguela e avô de Fernando III. Teve um importante papel na história da Reconquista cristã. Após perder a batalha de Alarcos para os muçulmanos em 1195, o rei conseguiu reunir um grande exército com participações de senhores além Pirineus e dos reis de Navarra, Portugal e Aragão. No ano de 1212, o exército cristão se encontrou com os almôadas na região das Navas de Tolosa, a qual dá nome à batalha. Os cristãos saíram vitoriosos e os muçulmanos, obrigados a fugir, sofreram grandes perdas que seriam sentidas por muitos anos. No reinado de Fernando III, tal batalha ainda gerava efeitos nas conquistas cristãs devido ao abalo psicológico imposto aos muçulmanos pela derrota.

Novamente, iniciaram-se os conflitos entre a nobreza castelhana. Os Lara em defesa do rei, os Haro, dos direitos da rainha. Tais disputas se estenderam até a morte acidental do infante Enrique I, em 1217. Tal acontecimento mudaria a história de Castela e Leão; iniciava-se a trajetória rumo ao poder de Fernando III. Berenguela e seus aliados, em uma rápida jogada política, mandaram até o reino de Leão uma comitiva de nobres solicitando a Alfonso IX⁹ liberar seu filho para lutar em defesa de sua mãe. Contudo, não lhe contaram sobre a morte do infante para evitar que o rei de Leão reclamasse seu direito ao trono. Ao saber da morte do príncipe Alfonso, o monarca leonês atacou Castela, mas a rainha Berenguela já havia abdicado em favor de Fernando, que já havia sido proclamado rei de Castela (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 68; CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 292).

Fernando III assume, assim, seu poder em meio a um conflito com o próprio pai, Alfonso IX, de Leão e os membros da família Lara. As crônicas relatam a destruição de algumas regiões pelas forças que se opuseram a Fernando III no próprio reino de Castela. Tal conflito só acabaria com a captura de Álvaro Lara e a diminuição de sua influência em alguns territórios.

A paz entre Castela e Leão foi selada mediante uma carta enviada por Fernando III ao pai, na qual o rei castelhano indagava acerca dos motivos da agressão:

Senhor, pai dom Alfonso, rei de Leão, que furor é este pelo qual me fizestes guerra, eu que não a mereci? Bem, parece que me quereis muito bem, e muito prazer vos dá ter um filho rei de Castela, que sempre será vossa honra, e não há rei cristão nem mouro que temendo a mim se levante contra vos. E de onde vem esta fúria? De Castela não virá guerra em meus dias, onde costumáveis estabelecer-vos muito mal, maltratado e com grandes desonras, de onde vos queixáveis duramente, e enquanto venhais onde éreis guerreado e maltratado, sereis agora guardado e temido [...] ¹⁰ (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 299).

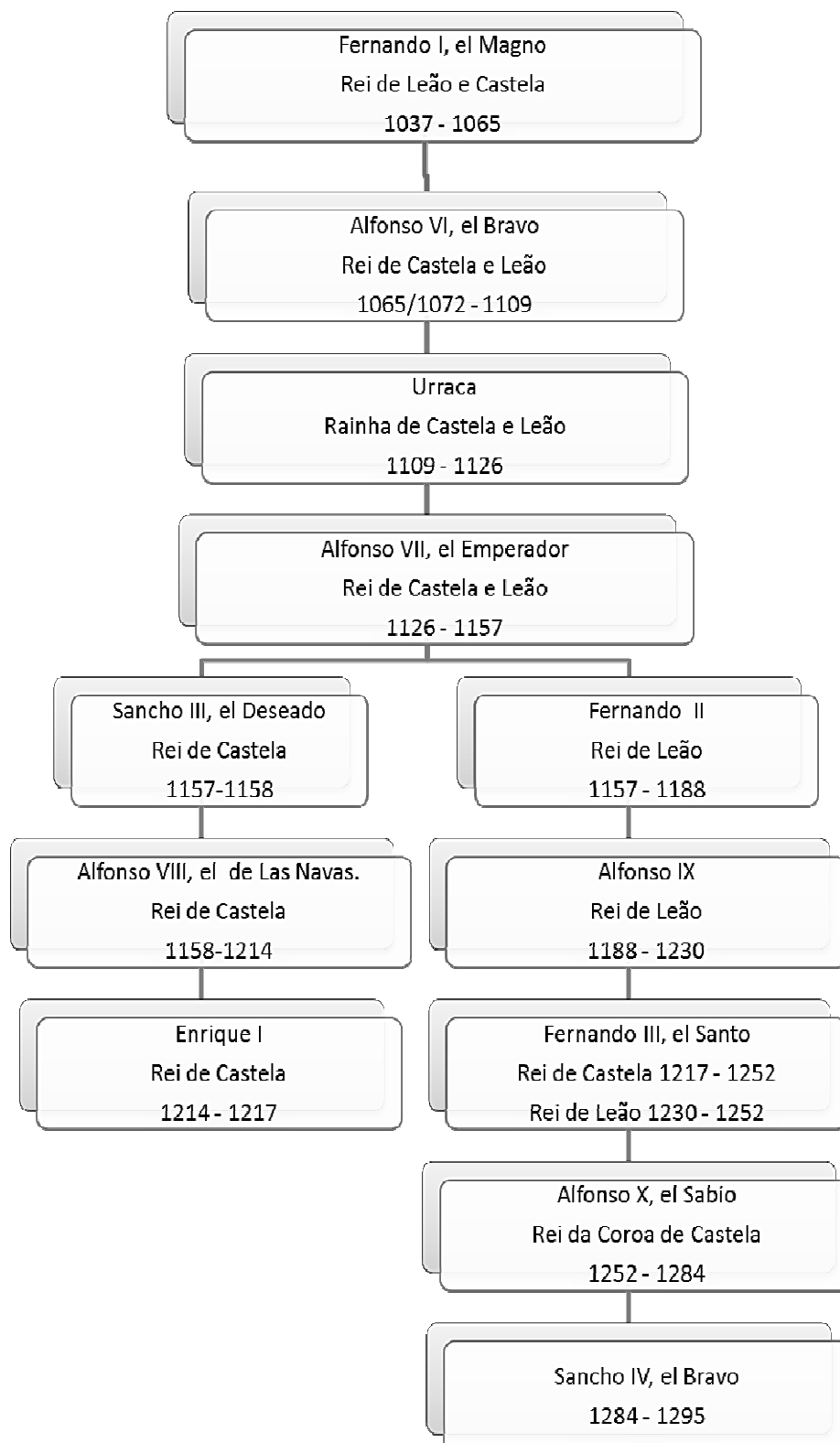
⁹ Fernando III era fruto do casamento de Alfonso IX, de Leão, com Berenguela. Contudo, o matrimônio havia sido anulado por Inocência III, em 1203, devido a laços de consanguinidade.

¹⁰ No original: "Señor, padre don Alfonso, rrey de León, ¿qué saña es está porque me fazedes guerra, yo non vos lo mereciendo? Bien semeia que vos pesa de mi bien, e mucho vos deuie placer por aver un fijo rrey de Castilla, que siempre será vuestra onrra, e que non ay rrey christiano nin moro que rrezelano a mí se enfestase a vos. ¿E dónde vos viene esta saña?, que

Em sua resposta, o monarca leonês argumentou que fazia a guerra por causa de uma dívida de 10 mil *maravedís*. A negociação foi acertada graças à mediação de alguns magnatas do reino de Castela (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 71). Para esclarecimento da hierarquia dos reinos de Castela e Leão, elaboramos o gráfico (Figura 1):

Figura 1
Hierarquia dos reinos de Castela e Leão

de Castilla non vos verná guerra en los mis días, donde vos solía venir mucho mal e mucho daño e grandes desonrras, e donde vos quexades ffieramente, e mientes vos deue venir dónde érades guerreado e maltrecho sodes agora guardado e rrezelado [...] (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 299).



Uma sociedade militarizada

Na Idade Média, a nobreza podia interferir de forma decisiva no desenvolvimento do reino; esse poder devia-se à sua fortuna, territórios, fortalezas e exércitos privados. Isso ocorria em toda a Europa feudal, porém nos reinos hispânicos, o contínuo conflito com o inimigo comum – os muçulmanos – forçou a criação não apenas de um feudalismo centralizado, como afirmou Salvador de Moxó (2000), mas uma classe de nobres guerreiros e uma sociedade voltada para a guerra.

A singularidade hispânica se encontrava na extensão efetiva das obrigações militares a todos os homens do reino com idade entre dezesseis e sessenta anos. O dever de participar do chamamento régio para a defesa de território era geral, assim como a função de dividir e organizar a repartição dos bens e terras durante o processo de ocupação dos territórios (LADERO QUESADA, 2010, p. 35). Desta forma, a defesa do reino e a execução de operações fora de suas fronteiras não eram responsabilidade de uma força armada permanentemente organizada e paga pelo Estado, mas sim de toda a população. Devido a esses fatores, Francisco García Fitz (2010) acredita ser quase impossível fazer uma distinção clara entre sociedade e exército. Poder-se-ia falar de uma sociedade de armas (GARCÍA FITZ, 2010, p. 172).

Para Ana Rodríguez Lopéz, a militarização da sociedade hispânica medieval ocorreu ao longo do processo de consolidação monárquica, bem como da grande expansão territorial empreendida por Fernando III (RODRÍGUEZ LOPÉZ, 1994, p. 313). A guerra influenciou tanto os cristãos quanto os muçulmanos; entretanto, cada sociedade respondeu de forma diferente:

Uma, que a articulação e hierarquização destas sociedades, assim como a ordenação de seus fundamentos materiais e a elaboração de suas escalas de valores sociais, morais ou éticos, se viram fortemente condicionadas pela onipresença da guerra. A outra, que para fazer frente ao contexto militar no qual estiveram inseridas tiveram que ajustar suas estruturas sociais às necessidades bélicas, convertendo-se assim em sociedades altamente militarizadas¹¹ (GARCÍA FITZ, 2010, p. 172).

¹¹ No original: una, que la articulación y jerarquización de estas sociedades, así como la ordenación de sus fundamentos materiales y la elaboración de sus escalas de valores sociales, morales o éticos, se vieron fuertemente condicionadas por la omnipresencia de la guerra. La otra, que para hacer frente al contexto militar en el que estuvieron insertas tuvieron que ajustar

Os valores morais e éticos citados pelo autor advêm dos costumes bélicos dos povos germânicos, no quais os homens livres distinguiam-se como guerreiros. Os reinos cristãos hispânicos descendentes dos povos visigodos assimilaram muitos desses valores morais e éticos. Assim, as estruturas sociais da Península acabavam por se confundir com a estrutura militar. A posição de um indivíduo na escala social estava intrinsecamente ligada ao seu lugar na estrutura bélica. Por conseguinte, uma promoção militar gerava uma mudança social na vida do indivíduo. Em uma sociedade de fronteira como a dos cristãos hispânicos, a mobilidade social não era difícil de ocorrer, pois havia a necessidade de se atrair colonos para ocupar os territórios conquistados em batalhas. A guerra permitia aos cavaleiros obterem junto ao rei terras com usufruto perpétuo, além de isenções fiscais. Também possibilitava a ascensão de novos membros às fileiras aristocráticas (LADERO QUESADA, 2010, p. 35).

No entanto, embora vivenciassem um ambiente político e econômico semelhante ao dos cristãos, os muçulmanos não sofreram esse processo de militarização. Para García Fitz (2010), a relação entre guerra, sociedade e Estado estabelecida em al-Andaluz¹² era completamente antagônica à realidade dos reinos cristãos. Diferentemente da situação ao norte da Península, as atividades bélicas não foram determinantes para a configuração da hierarquização da sociedade. Os sucessos militares não induziram a ascensão social. Uma vida dedicada à arte da guerra não era digna de admiração e imitação, logo a militarização da sociedade foi muito menor. Nos reinos muçulmanos, criaram-se exércitos controlados pelos governantes, enquanto o restante da população pagava os impostos que os financiavam (GARCÍA FITZ, 2010, p. 173 - 174). Não houve, portanto, uma militarização da sociedade como ocorreu nos reinos cristãos.

sus estructuras sociales a las necesidades bélicas, convirtiéndose así en sociedades altamente militarizadas (GARCÍA FITZ, 2010, p. 172).

¹² O termo al-Andaluz não era sinônimo de *Hispania*, ou seja, o território total da Península Ibérica, mas se referia ao território ocupado efetivamente e que estava sob o domínio muçulmano entre os séculos VIII e XV. Logo, o território de al-Andaluz era extremamente dinâmico em função do aumento ou recuo das fronteiras muçulmanas (LADERO QUESADA, 2010, p. 22)

Considerações Finais

Por meio de uma política centralizadora e do estreitamento das relações vassálicas com seus nobres, tanto de Castela quanto de Leão, Fernando III expandiu, mais do que qualquer outro rei cristão, seu território na Península Ibérica. Em 1217, havia herdado o reino de Castela, com aproximadamente 153.000 km²; em 1230, se somaram os 100.000 km² do reino de Leão. Em sua política de expansão e consolidação territorial, agregou outros 104.000 km², uma extensão cinco vezes maior do que a conquistada por Jaime I, de Aragão, no mesmo período.

A participação de uma sociedade militarizada cristã, também foi um fator decisivo para a derrota muçulmana, pois, a sociedade islâmica não estava preparada para resistir aos enfrentamentos constantes que os cristãos empreenderam sobre os seus reinos. A sociedade cristã militarizada, juntamente ao fortalecimento das relações rei-nobreza, explicam, em grande parte, as vitórias obtidas por Fernando III em suas campanhas de retomada dos territórios ocupados pelos muçulmanos.

Referências Bibliográficas

BREA, Luis Charlo (Org.). **Crónica Latina de los Reyes de Castilla**. Madrid: Akal Ediciones, 1999.

MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo Martinez (Org.). **La crónica de veinte reyes**. Burgos: Excelentísimo ayuntamiento de Burgos, 1991.

MENÉNDEZ PIDAL, R. (Ed.). **Primera Crónica General de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289**. Madrid: Editorial Gredos, 1955.

GANSHOF F. L. **Que é Feudalismo?** Publicação Europa-América, 1976.

GARCÍA FITZ, Francisco. **Castilla y León frente al Islam: estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)**. Sevilla: Universidad Sevilla, 2001.

GARCIA FITZ, F. La reconquista y la formación de la España medieval. *In*: O'DONNELL, Hugo. **Historia militar de España**. Laberinto, 2010.

LADERO QUESADA, M. A. Introducción. In: O'DONNEL, Hugo. **Historia militar de España**. Laberinto, 2010.

MOXÓ, Salvador de. **Feudalismo, Señorío y nobleza en la Castilla Medieval**. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, A. **La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana**: expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III. Madrid: CSIC, 1994.